

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.959, DE 2000

Altera redação do parágrafo 3º do artigo 59 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Autor: Deputado VIRGÍLIO GUIMARÃES

Relator: Deputado FERNANDO CORUJA

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado VIRGÍLIO GUIMARÃES tem como escopo alterar a Lei nº 9.504, de 1997 - que estabelece normas para as eleições - para determinar que a urna eletrônica deverá exibir para o eleitor, primeiramente, os painéis referentes às eleições majoritárias e, em seguida, os referentes às eleições proporcionais.

Atualmente a norma estabelece o inverso, ou seja, que as urnas eletrônicas exibam, primeiramente, os painéis referentes às eleições proporcionais e depois os referentes às eleições majoritárias.

Em sua justificção, o nobre autor afirma que as últimas eleições já demonstraram a distorção causada pelo aparecimento, em primeiro lugar, dos candidatos proporcionais na urna eletrônica.

Acredita que como os candidatos majoritários têm maior visibilidade, as eleições proporcionais acabam sendo “contaminadas” pelas proporcionais. Ressalta, ainda, que muitos eleitores, tendo a preocupação central colocada em seu candidato majoritário, acabam votando erradamente nas eleições proporcionais, pois votam na legenda do partido, pensando que estão votando no candidato majoritário.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, III, a e e), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito do Projeto de Lei nº 3.959, de 2000.

O projeto atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União (art. 22, I, da CF), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, da CF) e à iniciativa parlamentar (art. 61, da CF). Também foram respeitadas as demais normas de cunho material.

No que se refere ao aspecto de juridicidade, há de afirmar que o projeto foi elaborado em conformidade com o ordenamento jurídico em vigor.

A técnica legislativa e a redação empregadas no texto da proposição nos parecem adequadas. Todavia, faz-se necessária a apresentação de duas emendas, uma para incluir a expressão (NR) ao final do artigo modificado e outra para suprimir o art. 3º do projeto, que caracteriza cláusula de revogação genérica, vedada pela Lei Complementar nº 95 de 1998, que trata das regras de elaboração das leis.

Quanto ao mérito, parece-nos conveniente a aprovação da proposição.

Tem razão o autor quando destaca em sua justificação que os candidatos majoritários têm maior visibilidade que os candidatos que concorrem às eleições proporcionais. É fato incontestável que um grande número de eleitores fixam o número de seu candidato e ao votarem primeiramente no painel referente às eleições proporcionais, acabam dando seu voto à legenda, acreditando estarem já votando no candidato de sua preferência que concorre a cargo majoritário.

A argumentação contrária de que o eleitor, interessado apenas na eleição majoritária, deixaria de votar na proporcional não procede,

como bem assinalou o autor, pois a urna eletrônica só libera o eleitor após a consignação de todos os votos.

Assim, por todo o exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.959, de 2000.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado FERNANDO CORUJA
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.959, DE 2000

Altera redação do parágrafo 3º do artigo 59 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

EMENDA Nº

Suprima-se o art. 3º do projeto.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado FERNANDO CORUJA
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.959, DE 2000

Altera redação do parágrafo 3º do artigo 59 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

EMENDA Nº

Inclua-se a expressão “(NR)” ao final do § 3º, mencionado no art. 1º do projeto.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado FERNANDO CORUJA
Relator